

Angela Davis e o significado da emancipação da mulher negra

Com prefácio de Djamila Ribeiro, 'Mulher, raça e classe', clássico da ativista negra norte-americana é publicado pela primeira vez no Brasil

[\(CartaCapital, 07/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Ativista feminista e defensora dos direitos civis da população negra nos Estados Unidos, Angela Davis é uma das principais vozes que analisam as condições de negros e negras por um viés interseccional, isto é, que se debruça sobre como o racismo, o capitalismo e o sexismo são condições estruturantes nas relações humanas, responsáveis por gerar formas combinadas de opressão.

Ícone da luta pelos direitos civis, Angela Davis, 72 anos, é filósofa e professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia. A ativista fez parte do grupo Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos. Foi perseguida e presa em 1970, tornando-se mundialmente conhecida por meio da campanha “Libertem Angela Davis”.

Mulheres, raça e classe, obra mais importante de Davis, recebe sua primeira edição brasileira pela editora Boitempo. Publicada originalmente em 1981, a obra torna-se ainda mais atual diante do florescimento do pensamento feminista e suas discussões entre as mulheres brasileiras nos últimos anos.

A edição brasileira, que deve chegar às livrarias na primeira quinzena de setembro, tem prefácio de Djamila Ribeiro, mestre em Filosofia Política na Unifesp e colunista no site de CartaCapital.

Confira abaixo um trecho da edição brasileira do livro:

O significado da emancipação da mulher negra

Além de ser o menos gratificante de todos os empregos, o trabalho doméstico também era o mais difícil de ser organizado em sindicatos. Desde 1881, as trabalhadoras domésticas estavam entre as mulheres que se filiaram às

unidades locais da Knights of Labor quando a instituição retirou o veto à participação de mulheres .

Muitas décadas depois, porém, as organizações sindicais que buscavam unir a mão de obra doméstica enfrentaram os mesmos obstáculos que suas antecessoras. Dora Jones fundou e dirigiu o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Nova York durante os anos 1930 .

Em 1939 - cinco anos depois da criação do sindicato -, apenas 350 das 100 mil domésticas do estado tinham se filiado. Mas mesmo diante das enormes dificuldades de organizar a mão de obra doméstica essa realização não podia ser considerada de menor importância.

As mulheres brancas - incluindo as feministas - demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas raramente se envolveram no trabalho de Sísifo que consistia em melhorar as condições do serviço doméstico.

Nos programas das feministas “de classe média” do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada - ao menos por parte das mulheres mais abastadas - para a exploração de suas próprias empregadas.

Em 1902, a autora de um artigo intitulado “A Nine-Hour Day for Domestic Servants” [Jornada de nove horas diárias para serviçais domésticas] relata uma conversa que teve com uma amiga feminista que lhe pediu que assinasse uma petição destinada a pressionar empregadores a fornecer cadeiras para as balconistas.

“As moças”, ela disse, “têm de ficar de pé dez horas por dia, e me dói o coração ver o cansaço no rosto delas.”

“Sra. Jones”, eu disse, “quantas horas por dia sua empregada fica de pé?”

“Por quê? Eu não sei”, ela ofegou, “cinco ou seis, creio eu.”

“A que horas ela se levanta?”

“Às seis.”

“E a que horas ela termina o trabalho, à noite?”

“Por volta das oito, acho, normalmente.”

“São catorze horas...”

“Ela pode se sentar durante o trabalho.”

“Durante qual trabalho? Lavando? Passando? Varrendo? Arrumando as camas?

Cozinhando? Lavando a louça? [...] Talvez ela se sente por duas horas, nas refeições e quando prepara os vegetais, e quatro dias por semana ela tem uma hora livre à tarde. Sendo assim, sua empregada fica de pé pelo menos onze horas por dia, incluindo o agravante de ter de subir escadas. O caso dela me parece mais digno de compaixão do que o da balconista da loja.”

Minha visitante se levantou, corada e com faíscas nos olhos. “Minha empregada sempre tem livres os domingos depois do jantar”, ela disse.

“Sim, mas a balconista tem todo o domingo livre. Por favor, não vá antes que eu assine a petição. Ninguém ficaria mais grata do que eu em ver que as balconistas têm a possibilidade de se sentar [...]”

Essa militante feminista estava perpetuando a mesma opressão contra a qual protestava. Mas seu comportamento contraditório e sua insensibilidade desproporcional não são inexplicáveis, já que as pessoas que trabalham como serviçais geralmente são vistas como menos do que seres humanos. Inerente à dinâmica do relacionamento entre senhor e escravo (ou senhora e empregada), disse o filósofo Hegel, é o esforço constante para aniquilar a consciência do escravo.

A balconista mencionada na conversa era uma trabalhadora remunerada - um ser humano com um grau mínimo de independência em relação a quem o empregava e ao próprio trabalho. A serviçal, por outro lado, trabalhava com o único propósito de satisfazer as necessidades de sua senhora. Provavelmente enxergando sua criada como mera extensão de si mesma, a feminista dificilmente poderia ter consciência de seu próprio papel ativo como

opressora.

Conforme Angelina Grimké declarou em seu Appeal to the Christian Women of the South [Apelo às mulheres cristãs do Sul], as mulheres brancas que não enfrentavam a instituição da escravidão carregavam uma pesada responsabilidade por sua inumanidade. Do mesmo modo, o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas expôs o papel das donas de casa de classe média na opressão das trabalhadoras domésticas negras.

A dona de casa está condenada ao posto de pior empregadora do país [...]. As donas de casa dos Estados Unidos obrigam seu 1,5 milhão de empregadas a trabalhar em média 72 horas por semana e pagam a elas [...] aquilo que conseguem espremer de seu orçamento depois que o dono da mercearia, o açougueiro [...] [etc.] foram pagos.

A desesperadora situação econômica das mulheres negras - elas realizam o pior de todos os trabalhos e são ignoradas - não mostrou sinais de mudança até o início da Segunda Guerra Mundial.

Às vésperas da [entrada dos Estados Unidos na] guerra, de acordo com o censo de 1940, 59,5% das mulheres negras empregadas eram trabalhadoras domésticas e outros 10,4% trabalhavam em ocupações não domésticas . Como aproximadamente 16% ainda trabalhavam no campo, menos de uma em cada dez trabalhadoras negras havia realmente começado a escapar dos velhos grilhões da escravidão.

Mesmo aquelas que conseguiam entrar na indústria e em atividades profissionais tinham pouco do que se gabar, pois eram designadas, via de regra, aos trabalhos com os piores salários nessas ocupações. Quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial e o trabalho feminino manteve a economia de guerra em funcionamento, mais de 400 mil mulheres negras deram adeus para seus trabalhos domésticos.

No auge da guerra, o número de mulheres negras na indústria havia mais que dobrado. Mesmo assim - e essa ressalva é inevitável -, ainda nos anos 1960, pelo menos um terço das trabalhadoras negras permanecia preso aos mesmos trabalhos domésticos do passado e um quinto delas realizava

serviços fora do ambiente doméstico .

Em um ensaio ferozmente crítico intitulado “The Servant in the House” [A serviçal na casa], W. E. B. Du Bois argumentou que, enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual. “O negro”, insistia Du Bois, “não alcançará a liberdade até que esse odioso emblema de escravidão e medievalismo seja reduzido para menos de 10%” .

As mudanças estimuladas pela Segunda Guerra Mundial forneciam apenas uma sugestão de progresso. Após oito longas décadas de “emancipação”, os sinais de liberdade eram sombras tão vagas e distantes que era preciso forçar os olhos para vislumbrá-las.